



Educar em Revista

ISSN: 0104-4060

educar@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná  
Brasil

Bertucci-Martins, Liane Maria  
Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX  
Educar em Revista, núm. 25, 2005, pp. 75-89  
Universidade Federal do Paraná  
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155016226006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX

---

## *Educating memory. Epidemic from late XIX and early XX century*

Liane Maria Bertucci-Martins\*

### RESUMO

O artigo resgata como as autoridades municipais e habitantes da cidade de Campinas (SP) receberam, em 1918, as notícias sobre a gripe espanhola ou influenza e, em vários momentos rememorando a febre amarela que flagelou a localidade em 1889, organizaram-se para combater a epidemia de gripe. O trabalho busca, desta forma, investigar como a memória da febre amarela esteve presente nas ações e reações dos campineiros desde as primeiras informações sobre a gripe espanhola, motivando atitudes e educando uma população ainda apavorada com a lembrança das consequências de uma doença epidêmica.

*Palavras-chave:* memória, educação, gripe espanhola, febre amarela, epidemia.

### ABSTRACT

This article focuses how authorities and many inhabitants of Campinas (SP) received news about spanish flu in 1918, and how they brought back the yellow fever that attacked the locality in 1889, and their organization to combat the epidemic influenza. This work intends to analyze how memories of yellow fever were present in actions and reactions of those inhabitants, since the very first news about Spanish flu, those that motivated attitudes and educated a population still frightened with memories of epidemic sickness consequences.

*Key-words:* memory, education, spanish flu, yellow fever, epidemic.

\* Doutora em história (Unicamp). Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: liane@ufpr.br

## **Febre amarela: medo e morte**

Na segunda metade do século XIX, os estudos realizados na Europa por pesquisadores como Louis Pasteur e seus discípulos apontavam para a causa microbiana de diversas doenças (LATOUR, 1994; SOLOMON-BAYET, 1986). Naquele período, do outro lado do Atlântico, profundas transformações aconteciam em várias localidades do estado de São Paulo devido ao grande número de imigrantes que para elas se dirigiam em busca de trabalho e riqueza. Especialmente a partir da década de 1880, o dinheiro do café, que mudara a paisagem do campo, contribuía para a metamorfose das cidades onde a quantidade de oficinas e fábricas aumentava.

Resultado dessas novas perspectivas, a científica e a social, leis e normas fundamentadas na teoria *miasmática* (CORBIN, 1987), que insistiam na necessidade da circulação, arejamento e desodorização do ambiente (necessidades urbanas), foram combinadas em terras paulistas com idéias e descobertas científicas do campo microbiológico.

No final do Oitocentos, doenças cuja incidência não representavam novidade para a população nacional, como a varíola, ganharam atenção redobrada em São Paulo, devido à facilidade com que se expandiam em localidades com número crescente de habitantes, representando risco para toda a gente que se aglomerava nas cidades. Atacar as enfermidades com novos meios científicos e gerir de maneira mais conveniente e sadia o espaço, eram tanto estratégias de sobrevivência física quanto de poder econômico, social e político (BERTUCCI, 1997, p. 31-36).

A febre amarela representou, entre as enfermidades endêmicas, a que primeiro mobilizou atenções nitidamente apreensivas quanto ao futuro econômico do estado de São Paulo. A necessidade de braços para a lavoura cafeeira e para as indústrias que surgiam estavam no centro de medidas discutidas e implementadas pelo recém-instalado governo republicano. A febre amarela marcou tão profundamente os moradores da cidade de Campinas que nomes de praças, ruas e avenidas homenageiam desde então muitos daqueles que atuaram para minorar o sofrimento dos campineiros em 1889, ano em que a doença pela primeira vez, e de forma mais virulenta, se abateu sobre a cidade. O brasão de Campinas, ostentando a figura lendária da Phenix egípcia, é um símbolo da localidade renascida após a epidemia de 1889.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Entre as praças, ruas e avenidas: Imprensa Fluminense, Costa Aguiar, Irmã Serafina e Angelo Simões. Confira o brasão da cidade em: MENDES, 1951.

Os primeiros casos de febre amarela, naquele ano, ocorreram em fevereiro e logo a epidemia se alastrou. O número de habitantes de Campinas caiu para aproximadamente 10% (3.500 pessoas) de seu total, devido aos óbitos e à evasão provocados pela moléstia, que cessou sem uma explicação convincente a partir do final de junho. Entretanto, a cidade foi vitimada pela doença nos anos seguintes, especialmente em 1890 e 1896. A situação começou a mudar com a chegada do novo chefe da Comissão Sanitária, doutor Emílio Marcondes Ribas. Conhecendo os experimentos e a teoria do médico cubano Carlos Finley que apontavam o mosquito *stegomyia fasciata* (depois denominado *aedes aegypti*) como vetor da doença, Ribas removeu receptáculos de água estagnada, retificou (com o auxílio do engenheiro Saturnino de Brito, chefe da Comissão de Saneamento) córregos da cidade, vedou poços, drenou quintais e proibiu o uso de tinhas para lavagem de roupas. Repetiu em Campinas práticas que havia adotado em outras cidades do interior do Estado. Os resultados foram notórios: a febre amarela que havia matado 321 pessoas em 1897 no ano seguinte matou apenas 3. Dois anos depois, em 1900, a Comissão de Saúde do Exército Norte-Americano, chefiada pelo doutor Walter Reed, repetia em Cuba as experiências de Finley, ratificando seus resultados (ANDRADE, 2002; BERTUCCI, 1997, p. 37-39; SANTOS FILHO; NOVAES, 1996). As medidas tomadas por Ribas, que dificultavam a procriação do inseto, ganharam legitimidade e a tese sobre os mosquitos, que continuou causando polêmica na comunidade científica, foi arregimentando adeptos (ALMEIDA, 2003; BENCHIMOL, 1999). Em Campinas, as epidemias de febre amarela desapareceram e as condições de salubridade do local melhoraram sensivelmente.

### **Gripe espanhola: memória, educação, ação**

Em 1918, Campinas era uma das cidades mais ricas e modernas não só do estado de São Paulo mas do Brasil. Entretanto, apesar de uma população de 73.295 habitantes e de sua próspera economia, cada vez mais concentrada na zona urbana – 41.004 pessoas (SEMEGHINI, 1991, p. 87), uma triste lembrança permanecia viva na memória de seus moradores: ao olhar para sua bandeira ou caminhar por suas ruas, os habitantes da cidade eram constantemente convidados a refletir sobre os perigos de uma epidemia. A lembrança da febre amarela, que flagelara o lugar há menos de trinta anos, era constante, educan-

do cotidianamente os campineiros sobre os desastres que uma moléstia epidêmica poderia causar.

O ano de 1918 foi difícil para os moradores de Campinas e do Brasil. Marcado pela Primeira Guerra Mundial, foi um período de escassez e carestia de gêneros, importados ou não, até mesmo os de primeira necessidade: transportos da guerra. Os exércitos precisavam ser abastecidos e alimentos foram exportados. Não bastassem tais dificuldades, houve ainda forte geada e depois uma grande praga dos gafanhotos. Mas, como que ratificando um pavor milenar, junto com a guerra e a fome veio a peste: a gripe espanhola ou influenza (BERTUCCI, 2004, p. 90-172).<sup>2</sup>

Foi na segunda quinzena de setembro, pelos jornais da capital do estado, que os campineiros receberam as primeiras notícias sobre uma nova epidemia que ameaçava o Brasil. As notícias, ainda um tanto difusas, destacavam o acontecido com a Missão Médica Brasileira, que havia partido junto com diversos militares, para a Europa em guerra: em sua escala na África, vários membros da Missão e soldados foram vitimados por uma doença, que muitos chamavam gripe espanhola,<sup>3</sup> de uma virulência assustadora e muitas vezes mortal. Vários brasileiros morreram. Nas semanas seguintes, novas informações davam conta da movimentação de autoridades sanitárias na Capital Federal para receber os enfermos que retornavam do continente africano e da implementação de medidas de inspeção sanitária dos navios que tocavam a costa do Brasil. Ações para tentar barrar a doença epidêmica. Tudo foi inútil (BERTUCCI, 2004, p. 90-172).

Em poucos dias, os jornais campineiros, com manchetes cada vez mais alarmantes, afirmavam que a epidemia se alastrava assustadoramente no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Divulgavam que o número de doentes na Capital Federal em dois dias tinha saltado de 20.000 para 200.000. Mas o pior foi a constatação óbvia: havia enorme probabilidade de a enfermidade vitimar São Paulo ... e Campinas (*Correio de Campinas*, 15

<sup>2</sup> Frequentemente os jornais também denominaram a doença “influenza espanhola”, mas neste artigo a moléstia epidêmica será chamada de gripe espanhola ou influenza.

<sup>3</sup> Existem duas hipóteses mais difundidas para que, na época, tenham denominado a epidemia de gripe espanhola: a primeira, partia do pressuposto equivocado de que a moléstia havia se originado na Espanha e/ou lá fizera o maior número de vítimas. A segunda dizia que a Espanha, país neutro durante a Primeira Guerra Mundial, não censurava as notícias sobre a existência da gripe epidêmica, daí a dedução de que a enfermidade matava mais naquele país. Hoje acredita-se que a origem da epidemia foram os campos de treinamento militar no interior dos Estados Unidos. Cf.: BEVERIDGE, 1977; ECHEVERRI DÁVILA, 1993; MURAD; ZYLBERMAN, 1996; OLDSTONE, 1998.

out. 1918).<sup>4</sup> Discussões sobre a natureza da moléstia mobilizavam a comunidade científica nacional e internacional e os campineiros acompanhavam atentos. Com o passar dos dias, apesar de algumas opiniões contrárias e da impotência da ciência médica para debelar a epidemia, a maioria dos estudiosos definiu a enfermidade como gripe (doença microbiana, endêmica e mundial, que causava coriza, tosse, às vezes febre, e dores no corpo), mas uma gripe excepcionalmente virulenta, perigosa se não tratada com rapidez. Como? As recomendações dos médicos deveriam ser sempre seguidas, mesmo que sua eficiência fosse relativa – como eram aliás todos os tratamentos para a gripe comum. Afirmavam que a ciência ainda encontraria o remédio específico para aquele mal, afinal era a detentora dos meios que (um dia) levariam à fórmula da cura. Muitos seguiram as recomendações, o que não impediu que uma gama variada de medicamentos e poções fosse descontroladamente ofertada e utilizada por pessoas desesperadas diante da epidemia avassaladora.<sup>5</sup>

Em Campinas, os boatos tomaram conta da cidade. Na tentativa de dissipar os pensamentos calamitosos, que teimavam em povoar a mente das pessoas, jornais escreviam que em 1918 Campinas gozava de “lisonjeiro estado sanitário” e combatiam incansavelmente aqueles que se divertiam incutindo pânico na população. Era necessário não se abater e afastar os pensamentos negativos, pois isso dificultaria o ataque da gripe epidêmica (*Diário do Povo*, 19 out. 1918). Reeditando a convicção nos efeitos nefastos do abatimento moral e do desespero, era reformulada em plena era bacteriológica uma idéia que tinha suas origens em várias obras escritas entre os séculos XIV e XVIII que creditavam à tranquilidade o poder de obstruir as pestes (DELUMEAU, 1990, p. 125-127).

O ataque aos boateiros que infundiam no povo “ingênuo e medroso” o temor por uma moléstia que, diziam, não oferecia gravidade se os devidos cuidados fossem prontamente tomados, mesclava-se na imprensa com os pedidos para a adoção de medidas preventivas contra a gripe espanhola (*Diário do Povo*, 19 out. 1918). Quando o número de enfermos na cidade de São Paulo

<sup>4</sup> Oficialmente, os primeiros casos de gripe espanhola na cidade de São Paulo foram confirmados pelo Serviço Sanitário do Estado no dia 15 de outubro. Em novembro, a gripe epidêmica fazia vítimas em todo o Estado e em todo o território nacional. A gripe espanhola teria chegado ao Brasil trazida por passageiros do navio Demerara, na primeira quinzena de setembro (BERTUCCI, 2004, p. 96-100).

<sup>5</sup> Neste texto ciência e medicina referem-se a alopátia. Sobre as discussões sobre a doença e a cura, que envolviam também homeopatas, veja: BERTUCCI, 2004, p. 197-220; 313-338. Sobre a ação de charlatães, ver: *Ibid.*, p. 176-197.

começou a se multiplicar e o pavor rondou os campineiros, a prefeitura municipal de Campinas mandou publicar instruções do diretor do Serviço Sanitário do Estado, doutor Arthur Neiva, que já haviam sido divulgadas resumidamente pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na tentativa de instruir a população:

Evitar aglomerações, principalmente à noite.  
Não fazer visitas.  
Tomar cuidados higiênicos com o nariz e a garganta: inalações de vaselina mentolada, gargarejos com água e sal, com água iodada, com ácido cítrico, tanino e infusões contendo tanino, como folhas de goiabeira e outras.  
Tomar, como preventivo, internamente, qualquer sal de quinino nas doses de 25 a 50 centigramas por dia, e de preferência no momento das refeições.  
Evitar toda a fadiga ou excessos físicos.  
O doente, aos primeiros sintomas, deve ir para a cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complicações e contágio. Não devendo receber absolutamente nenhuma visita.  
Evitar as causas de resfriamento, é necessário tanto para os sãos, como para os doentes e os convalescentes.  
As pessoas idosas devem aplicar-se com mais rigor ainda todos esses cuidados (*Diário do Povo*, 19 out. 1918) .

Em 23 de outubro o jornal *Diário do Povo* afirmava em sua primeira página ser dever da imprensa acalmar a população, mas também ser impossível negar que Campinas sofria sérios riscos de ser atacada pela influenza. Afinal, apesar da decantada salubridade do lugar, existiam problemas que poucos queriam admitir. Faltava água corrente em vários bairros e os cortiços, com péssimas condições higiênicas, faziam parte do cotidiano da cidade: condições propícias para propagação da gripe espanhola, pois resultavam em proximidade física entre as pessoas e dificultavam o rigoroso asseio (*Diário do Povo*, 23 out. 1918. Veja: *Commercio de Campinas*, 30 out. 1918). Os mais pobres, moradores por excelência daqueles locais, poderiam ser as maiores vítimas (e, mesmo sem querer, grandes disseminadores) da enfermidade. A epidemia não tinha nada de democrática, bastava olhar com atenção para outras localidades (BERTOLLI FILHO, 2003, p. 77-95).

Os primeiros casos de influenza na cidade foram notificados à Delegacia de Saúde de Campinas em 24 de outubro (MEYER; TEIXEIRA, 1920, p. 179). Informações na imprensa sobre a moléstia se multiplicaram e diversificaram

com velocidade espantosa. Transcrevendo jornais de outros lugares do Brasil, as notícias falavam de gente morrendo pelas ruas, de cadáveres sendo recolhidos em carroças e caminhões e enterrados em valas comuns, de voluntários fazendo serviços públicos por falta de profissionais que ficavam doentes (como condução de bondes, entrega de telegramas etc.), de assistência médica descontinua e ineficiente. Tudo isso evocava para os campineiros uma imagem muito semelhante àquela do final do século XIX, época em que a febre amarela devastava sua cidade e outras localidades brasileiras.

Certamente foi essa imagem do Oitocentos, ainda tão viva na memória dos moradores de Campinas, que colaborou de forma decisiva para que, do prefeito municipal aos operários da cidade, houvesse grande mobilização na tentativa de deter o avanço da moléstia, cuidar dos enfermos e assistir seus familiares. Machadinho, cronista do *Diário do Povo* era categórico:

Mas ... gato escaldado de água fria deve sempre ter medo.  
Não sei se vocês devem estar lembrados do que se dizia com relação à febre amarela, quando ela dizimava populações inteiras em várias cidades do Brasil.  
Ainda me lembro como se fosse hoje, quando saíram os primeiros bandos precatórios pedindo esmolas para os atacados da febre e ninguém se lembrava de recomendar aos campineiros todo o cuidado para evitar a “amarela”, o povo ria e dizia:  
– Qual o que ! Febre amarela não vem à Campinas, nós não somos porto de mar ... o nosso clima não aceita a febre.  
E, compadres, vocês sabem bem que isso não aconteceu, vocês viram que a febre veio e limpou duas vezes a cidade que estava imune, livre do perigo (para as zebras, bem se vê) (*Diário do Povo*, 25 out. 1918).

A memória é uma construção de sujeitos históricos, elaborada na relação dos indivíduos com seu cotidiano, impulsionando e sendo construída por suas ações (LE GOFF, 1984). Assim, a experiência vivenciada pelos campineiros no final do século XIX, intercambiada pelas pessoas ao longo dos anos, era rememorada explicitamente na tentativa de alertar os moradores de Campinas sobre os perigos da nova epidemia. Essa experiência relembada foi fundamental para determinar a prontidão e a magnitude das ações tomadas para equipar os campineiros no combate à gripe espanhola e tratamento de suas vítimas. A lembrança da febre amarela revivida coletivamente foi instrumento de educação para toda a cidade, que observando as providências



implementadas em outras localidades, fazia da memória da febre amarela a baliza de suas realizações.<sup>6</sup>

Nas longas notícias sobre a epidemia de 1918 que invadiram as primeiras páginas dos jornais de Campinas ou nos pequenos artigos que tinham como tema o novo período epidêmico, nos debates dos políticos ou nos comentários de anônimos moradores da cidade, o que de mais constante se percebia eram os pedidos para que “medidas preventivas” fossem tomadas: da proibição da venda de produtos gelados à organização de postos médicos para assistência aos possíveis enfermos e contratação de ambulâncias para transportar doentes. As medidas deveriam ser “rápidas e enérgicas”, dizia o vereador Álvaro Ribeiro (*Ofício...* 26 out. 1918 - indicação anexa). Como afirmava um artigo de primeira página do *Diário do Povo*: “Se as providências adotadas não forem utilizadas, melhor, Campinas porém demonstrará que experimentada por cruéis epidemias sabe se defender...” (*Diário do Povo*, 25 out. 1918). Machadinho era contundente:

O platonismo não fica bem em momento crítico como o atual.(...) Todos devem saber que foi devido a incúria do Governo da República que a “influenza espanhola” penetrou no país e que foi devido a incúria do governo do nosso Estado que ela transpôs a fronteira do torrão bandeirante e que foi devido a incúria, ao desmazelo dos respectivos governos municipais, que ela penetrou em Santos, invadiu a capital, alastrou-se por outras cidades do interior. Não vá acontecer o mesmo em Campinas (*Diário do Povo*, 26 out. 1918).

Em 26 de outubro, o presidente da Câmara Municipal de Campinas enviava a seguinte mensagem ao prefeito da cidade:

Com o presente ofício venho passar às mãos de V. Exa. o autógrafo para promulgação do projeto de lei autorizando a Prefeitura a agir no sentido de debelar ou atenuar os efeitos da gripe espanhola, que ameaça invadir o Município.(...) (*Livro de Correspondência*, 1918, fl. 70, n. 226).

<sup>6</sup> Sobre os temas memória, experiência/vivência, veja: BENJAMIN, 1975; 1987 e, também, GALZERANI, 2002.

O vereador Omar Magro, da Comissão de Higiene, declarou então que havia se reunido com o prefeito e que medidas para preparar e ampliar o atendimento médico aos possíveis enfermos da moléstia estavam sendo tomadas, como a organização dos hospitais de Variolosos e de Isolamento para “a hipótese de ser necessária a internação de enfermos de gripe”. A Santa Casa de Misericórdia colocava duas salas com um total de 60 leitos à disposição de doentes indigentes e instituições beneficentes como o Circolo Italiani Uniti haviam se prontificado a colaborar no socorro aos enfermos (*Actas das Sessões...* 26 out. 1918, p. 50). A Câmara endossava as medidas tomadas pelo executivo apresentando o projeto, que votado como lei, foi assinado pelo prefeito Heitor Teixeira Penteado e pelo secretário José Augusto Quirino dos Santos:

Art.1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a tomar todas as providências que forem necessárias para evitar a invasão e propagação da gripe pandêmica que ameaça a população do Município, trazendo em tempo oportuno ao conhecimento do Legislativo as medidas que forem adoptadas.

Art.2º - Para cobrir as despesas relativas a esses serviços, fica a Prefeitura Municipal autorizada a fazer as necessárias operações de crédito, caso a verba “Eventuais”, do corrente exercício não seja suficiente.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente lei competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém (*Leis, Resoluções ...Lei n. 238, p. 28*).

No livro *Registro Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência* de Campinas, Benedito da Cruz Passos afirma: “Entre nós reviveu-se [com a gripe espanhola] a época dramática das passadas epidemias de febre amarela” (PASSOS, 1966, p. 209).

Desta forma, educados pela memória dos terríveis períodos epidêmicos anteriormente vividos e atentos ao que estava acontecendo em outras cidades, principalmente São Paulo, os moradores de Campinas preparam-se para enfrentar a influenza. Ações públicas (governamentais e de entidades beneficentes) e particulares (de empresas e grupos de voluntários) se complementaram: além dos hospitais de Isolamento e dos Variolosos, postos de socorro foram instalados, dando assistência médica e distribuindo remédios, refeições e alimentos – postos da Cruz Vermelha, Delegacia de Polícia, Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa, A.B. Sales de Oliveira, Su-

cursal do “O Estado”, Escola Corrêa de Melo, Maternidade, Posto Diocesano de Socorro aos Pobres, Posto de Assistência dos Empregados da Companhia Paulista e Hospital da Companhia Mogiana. Na Vila Industrial, o grande bairro operário da cidade, a população estabeleceu por conta própria o Posto Popular (sob a coordenação de Manoel Freire e J. I. Lacerda Werneck), que atendia os pedidos de socorro médico e distribuía comida. O Circolo Italiani Uniti, que recebeu em seu pequeno posto 30 enfermos, teve seu edifício principal limpo e desinfetado para instalação de um hospital municipal, caso fosse necessário, o que acabou não ocorrendo (*Diário do Povo*, 24 nov. 1918. *Relatório dos trabalhos ...*, p. 15-16). Apesar de todo este esforço, não faltaram as tragédias: pessoas com influenza caindo em plena rua e um caso de enforcamento no “delírio da febre” causada pela gripe epidêmica (*Commercio de Campinas*, 5 nov. 1918; *Diário do Povo*, 21 dez. 1918).

A propagação da moléstia na cidade foi a princípio lenta, mas progressivamente aumentou o número de casos diariamente registrados, chegando a 316 casos novos em um só dia. A primeira vítima fatal da doença foi o estudante Rafael Eugênio, que mesmo com os cuidados intensivos de um médico local, doutor Barbosa de Barros, morreu após 8 dias de tratamento, no início de novembro (PASSOS, 1966, p. 210. *Relatório dos trabalhos...* p. 17).

Na tentativa de debelar a gripe espanhola, o governo municipal, como o de outras cidades, decidiu proibir todo tipo de reunião (o horário dos cultos religiosos foi alterado, pois noites frias poderiam ser fatais), suspendeu as aulas, fechou as casas de diversão (teatro, cinema, bar, clube) e chegou a interditar a venda de algumas frutas (como melancias, que poderiam ocasionar problemas gástricos julgados funestos) e sorvetes (*Relatório dos trabalhos ...* p. 54).

Em nome do combate à terrível influenza hábitos foram mudados. Algumas pessoas (mal educadas?) resistiram: uns insistiam em passear no Bosque Municipal, outros relutavam em acatar a determinação de não visitar os enfermos conhecidos, para desespero das autoridades médicas que afirmavam ser o isolamento e a profilaxia individual os mais eficientes meios de combate à moléstia – muitos desaprovaram as atitudes desses seus concidadãos. As determinações dos doutores eram claras: evitar aglomerações e contatos físicos como beijos, abraços ou apertos de mão. Todos deveriam acatar os conselhos (*Ofício ... zelador do Bosque Municipal. Diário do Povo*, 30 out. 1918).

Moléstia cujo combate incluía recomendações para dieta leve, com chás e caldos de galinha ou carne de vaca, e repouso diante de qualquer sintoma que pudesse indicar a presença da doença, como um espirro, febre ou tosse

(especialmente temida, pois podia significar problemas no pulmão), a gripe espanhola teve seus remédios populares, que muitas vezes foram combinados pelas pessoas com as prescrições médicas e, em alguns momentos, recomendados pelos próprios clínicos – como a infusão da folha da goiabeira. Entre os mais utilizados estavam o limão, a canela e o alho. A queima de enxofre dentro das casas (para *limpar o ar* e matar possíveis transmissores da doença) também aconteceu, enxofre que havia sido usado para combater a febre amarela nos idos de 1889. Durante todo o período epidêmico também não faltaram as orações para São Sebastião, o protetor contra a peste, e textos onde a doença aparecia como um castigo divino enviado contra a humanidade descrente ou pecadora, reproduzindo um temor secular que sempre assaltava os homens nas calamidades (*Commercio de Campinas*, 31 out.; 6 e 23 nov.; 3 dez. 1918).<sup>7</sup>

Entre os medicamentos *oficiais* (isto é, reconhecidos pelos doutores) mais anunciados pelos jornais campineiros, além do quinino, largamente utilizado por todos, estava o *Transpira-dor* preparado por uma filha da terra, a farmacêutica Nair Bueno Bierrenbach. Várias foram as receitas trazidas por pessoas de outros lugares, que assim pretendiam colaborar para livrar Campinas da catástrofe epidêmica. A maioria, geralmente de médicos, continha quinino, sulfato de sódio, mentol e xarope de alcatrão (*Commercio de Campinas*, 18 out. 1918; *Correio de Campinas*, 25 out., 12 e 15 nov. 1918).

Mas, com a desorganização geral da vida coletiva que a epidemia trazia, muitas vezes, quem não morria da doença epidêmica era vitimado por uma de suas conseqüências mais tenebrosas: a fome. Jornais do Rio de Janeiro denunciavam a situação desesperadora dos distritos mais pobres da Capital Federal com a carestia e o fechamento de estabelecimentos comerciais devido a doença (BRITO, 1997, p. 22-23). Em Campinas, para minimizar a situação e coibir o abuso nos preços dos gêneros de primeira necessidade, a prefeitura da cidade vendeu frangos e ovos a preços módicos em uma das dependências do Mercado Municipal e intensificou a fiscalização relativa a comercialização de outros produtos, principalmente o leite.

Ainda com o objetivo de evitar uma devastação de maiores proporções e também de preparar a cidade para as piores conseqüências da epidemia, outras providências foram tomadas. Houve aumento no número de pessoas trabalhando no setor de limpeza pública de Campinas – a salubridade

<sup>7</sup> Sobre castigo divino: DELUMEAU, 1990, p. 144-150. Sobre o uso do enxofre em 1889, veja: BERTUCCI, 1997, p. 37. Sobre as práticas populares de cura, comuns em outras cidades durante a gripe espanhola, confira: ABRÃO, 1995, p. 87-88; BERTOLLI FILHO, 2003, p. 121-136; BERTUCCI, 2004, p. 220-283; BRITO, 1997, p. 21-22.

colaboraria para a saúde da comunidade. No cemitério do Fundão, turmas de trabalhadores de reserva foram organizadas para substituir possíveis enfermos e os bombeiros e seu equipamento (caminhão e trole) ficaram à disposição para o atendimento aos doentes. No cemitério, onde as visitas estavam proibidas, muitas covas foram abertas, devido ao receio do aumento da mortalidade ... que como afirmou em 1919 o aliviado prefeito Heitor Penteado “(...) não foram precisas felizmente” (*Relatório dos trabalhos...*, p.17 e 72. *Ofício...Francisco Ribeiro*). O mesmo aconteceu quando locais organizados para atender os doentes começaram a encerrar suas atividades: no Hospital Corrêa de Mello, livros de registros preparados para uma longa lista de enfermos (e de gastos) não passaram do preenchimento das primeiras páginas. (*Registro de enfermos... Registro de pessoal...*) Não se repetira a catástrofe da febre amarela. Entre outubro e dezembro de 1918, 6.707 moradores da cidade de Campinas e 610 pessoas dos distritos e zona rural do município haviam adoecido de gripe espanhola. A mortalidade total, considerada “diminuta”, foi de 209 indivíduos, segundo os números do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (MEYER; TEIXEIRA, 1920, p. 179-187).<sup>8</sup>

Ao concluir seu relatório sobre a epidemia de gripe espanhola, o prefeito de Campinas, mesmo não conseguindo escamotear o rastro de desorganização social, tristeza e medo deixado pela influenza, exaltava as virtudes das pessoas que trabalharam durante a epidemia e que haviam contribuído para que “não se avolumasse o mal” (*Relatório dos trabalhos ...* p. 18).<sup>9</sup> Quanto à educação informal e cotidiana dos campineiros sobre catástrofes epidêmicas, foi decisiva naquele período crítico de 1918? Quanto ao alerta representado pela lembrança da febre amarela, teria colaborado para o empenho daqueles homens? Mesmo se considerarmos apenas os comentários publicados pela imprensa campineira, muito, com certeza.

<sup>8</sup> É possível supor que os pobres, e assim os locais onde viviam, tenham sido os mais afetados pela epidemia, devido ao número de postos de socorro que, explicitamente, davam prioridade ao atendimento dos mais carentes e ao posto criado por iniciativa dos moradores da Vila Industrial, bairro localizado na periferia de Campinas em 1918. Segundo dados do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, entre os homens mortos de gripe espanhola, 3 eram operários, 59 tinham profissão ignorada e 28 eram menores de 15 anos, totalizando 90 pessoas. As mulheres somariam 119 vítimas fatais. É possível inferir que diversos indivíduos de profissão ignorada e dos chamados menores e várias das mulheres, eram pobres que trabalhavam, e muito, para sobreviver. Cf. MEYER; TEIXEIRA, 1920, p. 187.

<sup>9</sup> No combate à epidemia, o poder público de Campinas gastou Rs: 23:690\$100 (um prático de farmácia na época ganhava mensalmente entre 120\$000 e 150\$000) e contou com um apoio relativo do poder estadual. Cf.: *Relatório dos trabalhos...* p. 4. *Correspondência* 27 out. 1918.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. S. *A espanhola em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- ALMEIDA, M. de. *República dos invisíveis*: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- ANDRADE, C. R. M. de. Projetos e obras do Engenheiro Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX. *Oculum*, Campinas, FAU/PUC, n. 2, p. 10-23, jan. 2002.
- BENCHIMOL, J. L. *Dos micróbios aos mosquitos*: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; UFRJ, 1999.
- BENJAMIN, W. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, v. 48.
- BERTOLLI FILHO, C. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BERTUCCI, L. M. *Influenza, a medicina enferma*. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Unicamp, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Saúde*: arma revolucionária. São Paulo - 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- BEVERIDGE, W. I. B. *Influenza: the last great plague*. London: Heinemann, 1977.
- BRITO, N. A. de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 11-30, mar./jun. 1997.
- CORBIN, A. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ECHEVERRI DÁVILA, B. *La gripe española*. La pandemia de 1918-1919. Madrid: Siglo XXI, 1993.
- GALZERANI, M. C. B. Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, A. L. G. de.; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Orgs.). *Por uma cultura da infância*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 49-68.

LATOUR, B. *Pasteur*. Paris: Perrin, 1994.

LE GOFF, J. Memória e história. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1.

MENDES, J. de C. *Retratos da velha Campinas*. São Paulo: Gráfica da Prefeitura, 1951.

MURAD, L.; ZYLBERMAN, P. *L'hygiène dans la république*. Paris: Fayard, 1996.

OLDSTONE, M. B. A. *Virus, plagues, and history*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1998.

PASSOS, B. da C. *Registro histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (1873-1960)*. Campinas: Saraiva, 1966.

SANTOS FILHO, L. de C.; NOVAES, J. N. *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

SEMEGHINI, U. C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Unicamp, 1991.

SOLOMON-BAYET, C. S. (Org.). *Pasteur et la revolution pasteurienne*. Paris: Payot, 1986.

## FONTES

### Impressas e manuscritas

CAMPINAS. Câmara Municipal. Ofício enviado ao Prefeito Municipal por Álvaro Riberio em 26 de outubro de 1918 - indicação anexa. Cx.1918/II, pasta, set./out. 1918

\_\_\_\_\_. *Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1918*. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1919.

\_\_\_\_\_. *Livro de Correspondência*, 1918.

\_\_\_\_\_. Relatório dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal durante a epidemia de *gripe*. Relatório da Repartição Fiscal. Relatório dos serviços prestados pelo Corpo [Municipal de Bombeiros] durante o anno de 1918. In: \_\_\_\_\_. *Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura municipal de Campinas, durante o exercício de 1918 pelo prefeito Dr. Heitor Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul, 1919.

\_\_\_\_\_. *Actas das Sessões*. Livro de atas de 17/11/1917 a 21/06/1920.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. *Ofício enviado ao Exmo. Sr. Dr. Heitor Teixeira Penteado em 26 de outubro de 1918, pelo administrador do cemitério municipal sr. Francisco Ribeiro*. Cx.1918/II, pasta, set./out. 1918.

\_\_\_\_\_. *Ofício enviado ao Exmo Sr. Dr. Heitor Teixeira Penteado em 29 de outubro de 1918, pelo sr. Albino de Souza Aranha, zelador do Bosque Municipal*. Cx.1918/II, pasta, set./out. 1918.

FUNDO ALTINO ARANTES. *Correspondência*: volume Telegrammas - 1918. Telegrama de 27 de outubro de 1918.

HOSPITAL CORRÊA DE MELLO. Mantido pela Prefeitura. *Registro do pessoal e inventário de objectos roupas de cama trens de cozinha etc que serviu na epidemia de Gripe Espanhola* - aberto em 1º de novembro de 1918; fechado em dezembro de 1918.

\_\_\_\_\_. Mantido pela Prefeitura. *Registro dos enfermos na epidemia de Gripe Espanhola* - aberto em 1º de novembro de 1918; fechado em dezembro de 1918.

MEYER, C. L.; TEIXEIRA, J. R. *A gripe epidêmica no Brasil e especialmente em São Paulo*. São Paulo: Casa Duprat, 1920.

## **Jornais da cidade de Campinas**

COMMERIO DE CAMPINAS. Campinas, set./dez. 1918.

CORREIO DE CAMPINAS. Campinas, set./dez. 1918.

DIÁRIO DO POVO. Campinas, set./dez. 1918.

Texto recebido em 08 dez. 2004

Texto aprovado em 23 jan. 2005